

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2455395220190823173814

Processo 0804630-59.2019.8.23.0010 ☆ - (189 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

68 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 68

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 68	23/08/2019 17:38:14	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019)</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div>68.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHOJOAO ALVES BARBOSA</div><div>2570224IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF</div><div>FILHO,</div><div>Público</div></div>			
67	21/08/2019 14:37:01	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 64) JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 65.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
66	20/08/2019 11:20:36	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de EDMAR MIRANDA DE MESQUITA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019)</div>	<div>KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA</div> <div>Técnico Judiciário</div>
65	20/08/2019 11:20:35	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE OUTROS (19/08/2019)</div>	<div>KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA</div> <div>Técnico Judiciário</div>
<div><div></div></div> 64	19/08/2019 08:55:05	<div>JUNTADA DE OUTROS</div>	<div>LIANE FLORIANO DIAS</div> <div>Estagiário</div>
63	01/08/2019 00:04:44	<div>DECORRIDO PRAZO DE EDMAR MIRANDA DE MESQUITA</div> <div>(P/ advgs. de EDMAR MIRANDA DE MESQUITA *Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO(18/07/2019) e ao evento de expedição seq. 61.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
62	24/07/2019 15:24:29	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de EDMAR MIRANDA DE MESQUITA) em 24/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO (18/07/2019) e ao evento de expedição seq. 61.</div>	<div>JOSIANE FERREIRA ALVES</div> <div>Advogado</div>
61	19/07/2019 09:14:57	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de EDMAR MIRANDA DE MESQUITA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RETORNO DE MANDADO (18/07/2019)</div>	<div>KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA</div> <div>Técnico Judiciário</div>
60	19/07/2019 09:14:43	<div>JUNTADA DE COMPROVANTE</div> <div>Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 52) em 19/06/2019 - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (19/06/2019). Parte: EDMAR MIRANDA DE MESQUITA</div>	<div>KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA</div> <div>Técnico Judiciário</div>
<div><div></div></div> 59	18/07/2019 17:56:16	<div>RETORNO DE MANDADO</div> <div>Referente ao evento (seq. 52) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (19/06/2019 16:36:32). Parte: EDMAR MIRANDA DE MESQUITA</div>	<div>VICTOR MATEUS DE OLIVEIRA TOBIAS</div> <div>Oficial de Justiça</div>
58	02/07/2019 00:06:27	<div>DECORRIDO PRAZO DE EDMAR MIRANDA DE MESQUITA</div> <div>(P/ advgs. de EDMAR MIRANDA DE MESQUITA *Referente ao evento (seq. 49) JUNTADA DE CERTIDÃO(19/06/2019) e ao evento de expedição seq. 51.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
57	02/07/2019 00:06:27	<div>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</div> <div>(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 49) JUNTADA DE CERTIDÃO(19/06/2019) e ao evento de expedição seq. 50.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
56	25/06/2019 11:30:50	<div>REGISTRO DE REDISTRIBUIÇÃO DE MANDADO</div> <div>Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 52) em 19/06/2019 16:36:32. Tipo: Redistribuição Automática. Oficial de Justiça Designado: VICTOR MATEUS</div>	<div>MANUELLA DE OLIVEIRA PARENTE</div> <div>Servidor Central de Mandados</div>



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08046305920198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDMAR MIRANDA DE MESQUITA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Ocorre que, após a devida regulação na esfera administrativa, quando a parte autora foi submetida a exame pericial constatou-se a ausência de sequela indenizável, motivo pelo qual não há cobertura para o acidente narrado nos autos, fazendo-se mister a improcedência do pleito inicial.

Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa.

Digno de destaque todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez, sendo certo que não foram acostados documentos

Portanto, requer o acolhimento do laudo administrativo, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos do autor.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme se depreende dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 04/05/2018.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos, conforme faz prova o laudo produzido nos autos, cujo trecho se destaca:

Segmento Anatómico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão: Ombro	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão: Extremidade	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão: Torácico	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, requer, no caso de eventual condenação, que seja considerado o enquadramento da lesão na tabela, bem como diante do grau de repercussão experimentado pela vítima.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
BOA VISTA, 21 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**